

O herói e o sistema no Oscar

O que 'Oppenheimer' tem a ver com 'Maverick', que concorreu ano passado

Marcos Augusto Gonçalves

Editor da Ilustríssima, formado em administração de empresas com mestrado em comunicação pela UFPA. Foi editor de opinião da Folha

Depois da consagração, em 2023, de 'Tudo em Todo Lugar ao Mesmo Tempo', o Oscar deste ano tem a oportunidade de retomar sua perspectiva mais tradicional e premiar um representante do cinema americano, como costumava fazer. Não que o longa de Daniel Scheinert e Jonathan Dayton não tivesse virtudes, mas a escolha causou polêmicas, contrariedade e piadas.

Ea de qualquer forma não ficou ruim, e escrevi sobre a premiação, considerando que

a escolha teria sido uma espécie de desvio de Hollywood rumo a Cannes — um festival europeu, mais ligado ao cinema de arte, que tenderia a ser mais simpático a um filme com um representante do cinema americano.

Dois concorrentes deste ano, 'Oppenheimer' talvez seja o mais se pareça com o velho padrão 'filme de Oscar'. É um tanto longo — uma tendência óbvia que virou moda justo agora que ninguém tem mais tanto tempo e tanta con-

centração — e pode confundir o espectador com seus flashbacks e passagens em preto e branco. É, contudo, uma volta à América à la grande, permeada por dramas morais e políticos. Esse esquentinho está em uma também em 'Top Gun: Maverick', que salvou a banca de Hollywood, mas não levou o troféu no ano passado. No caso é preciso que caças mergulhem numa cratera e destruam os instalados de um país tipo 'eixo do mal', um potencial perigo nuclear. O serviço poderia

ser feito por drones ou dispositivos não pilotos, mas o piloto rebelde, gostem ou não, se mostrará insubstituível.

Em 'Oppenheimer', a operação é mais complexa, há mais cenas e questões (tiver ou não, mas não final das contas trata-se mais uma vez do sistema sendo obrigado a lidar com as silossincrasias e complicações de uma personalidade que gera desconfortos e atritos, mas é indispensável para a empreitada dar certo. Oppenheimer, o personagem, digo-se, é também um maverick — expressão usada pelos americanos para designar uma pessoa independente que gosta de fazer as coisas do seu jeito.

Nos dois casos, o triunfo da América é festejado patrioticamente no final. É a grande vitória coletiva, do país, do mundo livre, da humanidade, enfim, não se realizaria sem o

concurso da singularidade do herói individual, espetacular e problemático.

O filme de Christopher Nolan trafega numa fama mais ambiciosa e sofisticada, mas paralela à de Tom Cruise, e os dois são lançados neste mundo em que o indivíduo como nunca é ameaçado pela inteligência artificial, robôs e sistemas digitais, e confrontado com sua irrelevância. É um momento também no qual os EUA se veem diante de um novo ciclo de paranóias geopolíticas e desafios militares que vêm do Oriente.

Não se se a Academia vai votar por 'Oppenheimer', mas isso não importa tanto. Ainda não há todos os concorrentes, mas na minha cerimônia particular (e não só nela, pelo que vejo) vai ser difícil algum lutar 'Anatomia de uma Queda', que já ficou com a Palma de Ouro em Cannes.

JOHN. Elío Gaspari, Celso Rocha de Barros | S&P. Deborah Bizarria, Camila Rocha | T&E. Joel Pinheiro da Fonseca | Q&A. Elío Gaspari | Q&A. Conrado H. Mendes | S&P. Marcos Augusto Gonçalves | S&A. Demétrio Magnoli

PF não indiciou ninguém após apurar hostilidade a Moraes

Delegado vê injúria, crime de menor potencial ofensivo, contra filho de ministro

José Marques

BRASÍLIA O Inquérito da Polícia Federal que investigou a conduta de brasileiros suspeitos de hostilizar o ministro Alexandre de Moraes em Roma chegou à conclusão de que o empresário Roberto Mantovani Filho cometeu o crime de injúria real contra o filho do integrante do STF (Supremo Tribunal Federal).

Apesar da conclusão, o delegado Hiroshi de Araújo Sakai disse que não indiciou o empresário porque há instrução normativa que veda o indiciamento por crime de menor potencial ofensivo, de pena máxima de um ano. As investigações foram encerradas.

A injúria real se caracteriza no Código Penal pelo "emprego de violência ou ameaça de violência ou ameaça de dignidade ou do decoro de alguém".

"São exemplos de injúria real, conforme ensinado pela doutrina, desferir uma tapa, empurrar, puxar a roupa ou parte do corpo (pauzes de cabelo ou de cabelo), arremessar



Imagem de relatório da PF de suposto tapa de Roberto Mantovani no filho de Alexandre de Moraes

objetos, cuspir em alguém ou em sua direção etc.", diz relatório assinado pelo delegado.

O delegado também afirma que, para que haja a injúria real, é necessário que o crime seja, para que a lei brasileira se aplique a episódios ocorridos no exterior — o crime de injúria real, é "atín-

vel pelos quais a lei brasileira autoriza a extradição", o que não é o caso da injúria real. A confusão aconteceu em julho de 2023, no Aeroporto de Roma. Segundo Hiroshi, as imagens mostram que Mantovani se dirigiu "de modo incisivo" a Alexandre Barci de Moraes, filho do ministro, e o "atín-

Supremo e presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) relatou ter sido chamado de "bandido, comunista e com-prado", segundo informações colhidas pelos investigadores. A família, que vive em Santa Bárbara d'Oeste (SP), sobre a qual houve apreensão, se denada pela então presidente do STF, Rosa Weber, quatro dias após a confusão na Itália.

Os defensores dos envolvidos disseram que não partiram do ato contra Moraes.

Nesta sexta-feira (16), começaram julgamentos em plenário virtual de recursos do advogado de Mantovani, Ralph Tortima, no inquérito. As sessões vão até o dia 23 de fevereiro. Em nota após a divulgação do relatório da PF, Tortima afirmou que o delegado se pautou por "análise parcial das imagens, as quais a defesa para o Ministério Público Federal foram impedidos de ter acesso".

Inclusive, as autoridades italianas tiraram conclusão diversa da dele.

A PF, da divulgação, concluiu ao final de seu relatório que o suposto crime de injúria real não está entre aqueles que, quando ocorridos no exterior, podem ser apurados em território brasileiro.

"Ou seja, essa investigação jamais poderia ter existido e essa família não poderia ter sido submetida a tamanhos excessos. Vejo que boa parte da verdade foi esclarecida, faltando apenas aquela que as imagens sonegadas estavam

a denunciar. Caberá agora ao Ministério Público Federal a última palavra, que acreditamos seja o arquivamento dessa investigação", afirmou ele.

Em outubro, a PF fez reconstituição do episódio, de acordo com as imagens do circuito interno do aeroporto internacional da capital italiana. A PF disse que Mantovani e sua esposa, Andriana Munari, aparentemente discutiram e gritaram com o filho de Moraes.

Enquanto Andriana gritava com Barci, dizia a análise da Mantovani "se prostra diante do filho do ministro e em seguida parece desafiá-lo".

"Roberto [Mantovani] parece afrontar e desafiar o filho do ministro, confrontando-o", diz o documento.

Em seguida, a imagem mostra que Mantovani, mais alto que Barci, "parece se impor" e decide afrontar o filho do ministro "de forma intimidativa, petando-o".

De repente, Roberto começa a levantar o braço com as costas da mão direita voltadas para Barci, descreve a reconstituição.

"No sequência, Roberto parece bater as costas de sua mão direita no rosto de Alexandre Barci, vindo a atingir os olhos deste e, aparentemente, deslocá-lo. Os olhos não chegam a cair no chão devido a uma discreta esquivada da vítima."

Gonet recorre da decisão de Toffoli que suspende leniência da Odebrecht

BRASÍLIA

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, pediu nesta quarta (14) que o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Dias Toffoli reconsiderasse a decisão que suspendeu os pagamentos do acordo de leniência da Novonor (ex-Odebrecht) ou envie a decisão à análise do plenário.

Para Gonet, as mensagens hackeadas de procuradores e obtidas pela Operação Spoofing da Polícia Federal mostram "comportamentos censuráveis de agentes públicos", mas "não revelam prática de nenhum ato que compo- nham o conceito de coação moral irresistível" contra a empresa.

Essa suposta coação foi um dos argumentos para Toffoli suspender o pagamento. Gonet lembra que se deve ter em conta que "a empresa não é aguda isenta de pressões, mas a que se pode formar com a consciência de riscos e vantagens".

Disse ter "dúvida razoável" sobre a voluntariedade da empresa ao firmar o acordo de leniência com o MPF (Ministério Público Federal) que lhe impôs obrigações patrimoniais, o que justifica, por ora, a paralisação dos pagamentos.



O procurador-geral da República, Paulo Gonet, durante sua cerimônia de posse

Não decisão que suspendeu os pagamentos, de 9 de fevereiro, Toffoli determinou que a Novonor tenha acesso integral ao material da Spoofing. Disse ter "dúvida razoável" sobre a voluntariedade da empresa ao firmar o acordo de leniência com o MPF (Ministério Público Federal) que lhe impôs obrigações patrimoniais, o que justifica, por ora, a

paralisação dos pagamentos. O acordo de leniência da Odebrecht foi firmado inicialmente com o MPF em dezembro de 2016, em R\$ 3,8 bilhões corrigidos. O valor iria a R\$ 8,5 bi até o fim do pagamento, em mais de 20 anos.

Dois anos depois, houve re-negociação e foram inseridas a CGU (Controladoria-Geral da União) e a AGU (Advocacia-Geral da União) no acordo.

No dia 8, Toffoli esclareceu em manifestação que a Novonor segue obrigada a pagar a multa prevista no acordo firmado com esses dois órgãos do governo federal. Só foi suspensa a multa do acordo de leniência firmado com o MPF no âmbito da Operação Lava Jato.

Entre dezembro e fevereiro, Toffoli suspendeu dois acordos de leniência. Em 22 de dezembro, paralisou o cumprimento dos pagamentos impostos à holding J&F (donada pela JBS), dos irmãos Wesley e Jo-

lely Batista, de R\$ 10,3 bilhões. Acordo de leniência é uma espécie de delação premiada de empresas, que recebem em troca a participação dos com o setor público e se comprometem a ressarcir o

No último dia 6, o procurador-geral também havia recorrido da decisão de Toffoli de suspender a multa da J&E JM

PGR é favorável à quebra de sigilo bancário e fiscal de André Janones

BRASÍLIA

A PGR (Procuradoria-Geral da República) se manifestou nesta quarta (14) a favor da quebra de sigilo bancário e fiscal do deputado André Janones (Avante-MG) e de assessores e ex-assessores do parlamentar, investigado por suspeita de esquema de "rachadinha" em seu gabinete.

Em documento assinado pelo vice-procurador-geral da República, Hindenburgo Chateaubriand, enviado em inquérito aberto no STF (Supremo Tribunal Federal), a PGR diz que a quebra deve acontecer "como medida de cautela extrema e em circunstâncias excepcionais, tais como nas hipóteses de fortes indícios de possível autoria de práticas ilícitas por parte dos investigados".

"No caso, como os elementos de informação já reunidos apontam concretamente para a participação dos investigados no esquema de desvio de recursos públicos para propósitos de vantagem pessoal, não há dúvida quanto à necessidade do afastamento dos respectivos sigilos bancário e fiscal", afirma

a manifestação.

A investigação teve início em novembro de 2023 por decisão do ministro Luiz Fux, do STF. A solicitação foi feita pela então vice-procuradora-geral da República, Ana Borges Góes Santos, para que fossem apuradas supostas práticas dos crimes de associação criminosa, peculato e concussão.

O estopim ocorreu quando o site Metrópoles divulgou um áudio de Janones no qual ele solicita a assessores ajuda para pagar despesas relacionadas a uma campanha de 2016 para a Prefeitura de Itaituba (PA). Ele ficou em segundo lugar no pleito.

Janones posteriormente se tornou deputado federal pelo Avante. O político ganhou destaque nas últimas eleições por fazer parte da linha de frente da campanha nas redes sociais do presidente Lula (PT).

No final de janeiro, a PF pediu a quebra de sigilo, que ainda não foi decidida por Fux, que aguarda manifestação da PGR. Procuradora assessora, o deputado não se manifestou. JM